
OS SERTÕES, DE EUCLIDES DA CUNHA: MARCO INICIAL DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E DA LITERATURA BRASILEIRA NO SÉCULO XX.

“OS SERTÕES”, OF EUCLIDES DA CUNHA: STARTING POINT OF SOCIAL SCIENCES AND OF BRAZILIAN LITERATURE IN THE 20TH CENTURY.

Átila Silva Arruda Teixeira
<atilalit@gmail.com>

Doutorando em Letras, área de concentração Estudos Literários,
PPGLL, Universidade Federal de Goiás
Prof. Secretaria Municipal de Educação de Goiânia
<http://lattes.cnpq.br/4311689779309999>

RESUMO

Os sertões, de Euclides da Cunha, representa um marco inicial tanto para a Literatura Brasileira quanto para as Ciências Sociais. A narração da Campanha de Canudos instaura um debate maior, ainda hoje não terminado, sobre a nossa identidade enquanto Nação. No âmbito literário, o pensamento euclidiano reverbera em inúmeras obras modernistas, sobretudo as vinculadas ao romance social de 1930; nas Ciências Sociais, a cisão apontada entre litoral/sertão contribui para a elaboração do conceito de “demora cultural”, além de denunciar os horrores da guerra e a existência da dura realidade dos homens que habitavam o interior do país, distantes do centro de poder não apenas no aspecto espacial, mas sobretudo temporalmente, da vida urbana litorânea. Neste artigo, essa persistência de *Os sertões* durante o século XX será abordada tanto na literatura quanto nas ciências sociais brasileiras.

Palavras-chave: *Os sertões*; Euclides da Cunha e as Ciências Sociais; Euclides da Cunha e a Literatura Brasileira.

ABSTRACT

“*Os Sertões*”, of Euclides da Cunha, represents a start point for both the Brazilian Literature and social sciences. The narration of Canudos campaign introduces a larger discussion, still today unfinished, about our identity as a nation. In the literary, the Euclidean thought reverberates in many modernist works, especially those linked to social novel of 1930; in the social sciences, the division between coastal/hinterland contributes to the elaboration of the concept of “cultural lag”, in addition to denounce the horrors of war and the existence of the harsh reality of men who lived in the hinterland, far from the center of power not only in the special aspect, but rather temporarily, of coastal urban life. In this paper, this persistence of “*Os Sertões*” during the 20th Century will be addressed both in the Brazilian Literature and in the social sciences.

Key words: *Os sertões*; Euclides da Cunha and the social sciences; Euclides da Cunha and the Brazilian literature.



INTRODUÇÃO

Conforme analisado por Antonio Candido (2006a), desde a primeira hora existia uma relação intrínseca entre texto e ação na literatura brasileira: o ato de escrita era uma forma de intervir nos destinos do país. Contudo, essa ação tinha um caráter *pendular*: durante o processo de colonização, a literatura aqui produzida atendia aos anseios da metrópole em relação à colônia, enquadrando essa nos valores daquela; com o processo de emancipação política, o pêndulo mudou de lado, e a construção de uma identidade nacional passou a ser a linha mestra dos textos literários produzidos no Brasil. Essa construção de uma identidade, por seu turno, não era aberta às mais diversas regiões de um país com um território de proporções continentais como no nosso, não havendo, portanto, efetiva participação dessas regiões nessa construção. A partir da Independência (1822), a Corte assumiu as funções da antiga metrópole, passando a propagar seus valores, suas concepções, idealizando o que ela esperava que as demais regiões fossem - não necessariamente o que eram de fato -, em nome de um projeto de nação. Para Antônio Candido (2006a),

Com efeito, a idéia¹ de país novo produz na literatura algumas atitudes fundamentais, derivadas da surpresa, do interesse pelo exótico, de um certo respeito pelo grandioso e da esperança quanto às possibilidades. A idéia de que a América constituía um lugar privilegiado se exprimiu em projeções utópicas que atuaram na fisionomia da conquista e da colonização. [...] Mais adiante, quando as contradições do estatuto colonial levaram as camadas dominantes à separação política em relação às metrópoles, surge a idéia complementar de que a América tinha sido predestinada a ser a pátria da liberdade, e assim consumir os destinos do homem do Ocidente (p.169).

Portanto, se for tomado como base o tom pitoresco, o exotismo, a partir da emancipação política da nação, há uma acentuada radicalização em busca do elemento alheio, ignorado, distanciando consideravelmente da possibilidade de sistematização dos hábitos de organização social das regiões periféricas do país, maior até do que havia no período colonial. Durante o período do Império - ao todo 67 anos -, essas regiões foram paulatinamente representadas de forma distante da organicidade sociocultural apresentavam. Desfilam durante esse longo período personagens tão

¹Como o presente artigo aborda textos de um intervalo histórico amplo, optou-se por preservar a grafia das edições aqui citadas.

típicos como inverossímeis: índios agindo como cavaleiros medievais, escravas brancas, sertanejos com ares de fidalgos, fauna e flora ora exuberantes e indômitas, ora plácidas e dóceis, e até o dia-a-dia da própria Corte é contemplado como verdadeiros quadros de Debret.

O início da República, em 1889, representou uma esperança que as representações das culturas regionais, reprimidas pelo centralismo monárquico até então vigente, ganhariam autenticidade, apoiada, entre outros fatores, no maior mimetismo do realismo, contrário ao senso idealizador dos românticos. Tudo, porém, não passou de um ledó engano: as classes subalternas, os marginalizados socialmente e os não-integrados à cultura litorânea, europeizante, eram esquadrihados pelas penas de um Aluísio de Azevedo ou de um Adolfo Caminha, como verdadeiros “pacientes” que revelariam suas “mazelas” ao grande público, ainda sôfrego por exotismo, como também era a antiga metrópole. Entre outros anacronismos estéticos, como o livro *Pensées détachées et souvenirs*, todo escrito em francês, mas concebido para o público brasileiro, em 1906, por um renomado intelectual - Joaquim Nabuco -, a literatura da virada do século XIX e dos primeiros anos do XX representa artisticamente essas culturas reprimidas ainda guiada pelo estrambótico. Exemplo dessa persistência é o conto sertanejo, “que tratou o homem rural do ângulo pitoresco, sentimental e jocoso, favorecendo a seu respeito idéias-feitas perigosas tanto do ponto de vista social quanto, sobretudo, estético” (CANDIDO, 1976, p.114). Essa postura de alheamento em relação ao outro, não deflagra apenas a questão da alteridade, mas também a desconsideração intencional desse outro como pertencente a um mesmo ideário de Nação, mesmo que amplo. Éramos, de fato, estrangeiros em nossa própria terra.

Por outro lado, esse panorama começa a sucumbir, anunciando uma alteração dessas veleidades estéticas, logo no limiar do século XX, com a publicação de *Os sertões*, em 1902. Obra-monumento da cultura brasileira, escrita pelo então desconhecido engenheiro Euclides da Cunha, tendo como base a Campanha de Canudos, *Os sertões* antecipa, de certa forma, a “tomada de consciência do subdesenvolvimento”, que será plenamente realizada apenas décadas depois, com o regionalismo de 1930, já no modernismo:

Ora, dada esta ligação causal “terra bela – pátria grande”, não é difícil ver a repercussão que traria a consciência do subdesenvolvimento como mudança de perspectiva, que evidenciou a realidade dos solos pobres, das técnicas arcaicas, da

miséria pasmosa das populações, da sua incultura paralisante (CANDIDO, 2006a, p. 171).

Talvez esse seja um dos principais méritos do “livro vingador”, de Euclides: denunciar o genocídio promovido pelo Exército Brasileiro no interior da Bahia e, com essa denúncia, começar a colocar o debate sobre nosso projeto de nação, até então totalmente escamoteado pelo amplo painel forjado pelos inventariantes postados geográfica e ideologicamente no Rio de Janeiro. Euclides desfaz duramente esse escamoteamento, expondo a cisão do país em duas culturas: a do litoral, copista de modelos europeus, cosmopolita e moderna, diametralmente oposta a do sertão, incomunicável e arcaica, isoladas não apenas no *espaço*, mas sobretudo no *tempo*:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. *Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...* (CUNHA, 2005, p.172, grifo meu).

A persistência de *Os sertões* decorre, na hipótese levantada neste artigo, principalmente por esse começo da “tomada de consciência do subdesenvolvimento”. Evidentemente, a obra é portadora de várias outras virtudes, dentre elas uma linguagem deslumbrante, mas não simplesmente um adorno; o caráter épico, em um verdadeiro movimentar dos elementos narrativos - o espaço e as personagens, principalmente - em favor do embate trágico, dentre outras. Por outro lado, é inegável que o cientificismo, o darwinismo social, o equívoco em afirmar peremptoriamente que “o jagunçodestemeroso, o tabáreu ingênuo e o caipira simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas” (CUNHA, 2005, p.27, grifos do autor), equívoco esse alicerçado em conceitos científicos ultrapassados já no primeiro quartel do século XX, além da linguagem grandiloquente, verborrágica, por vezes demasiadamente castiça e, por fim, diametralmente inversa às conquistas estéticas alcançadas pelo movimento modernismo de 1922.

Entretanto, nenhum desses entraves, de forma alguma, inviabiliza essa “tomada de consciência”; e é devido a ela que Euclides da Cunha iniciaria um novo tempo em 1902: para a literatura, por suplantando a representação das massas como exotismo, para que efetivamente elas ocupem o primeiro plano narrativo, tarefa admiravelmente realizada a partir dos regionalistas nordestinos de 1930 e que atinge seu ponto máximo em 1956, com a publicação de *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa; e para a forma de pensar a Nação, só realizada eficazmente após a fundação de três instituições de ensino basilares: a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em 1933; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), da Universidade de São Paulo, em 1934; e a Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), em 1935, primeiras instituições responsáveis por adotar o rigor científico e acadêmico no processo de pensar o país, até então ausente nas ciências sociais brasileiras.

A persistência se deve, portanto, ao caráter precursor que a obra *Os sertões* e seu autor assumem: escapar do superficialismo, da “literatura como sorriso da sociedade”, na infeliz expressão de Afrânio Peixoto, para assumir a “literatura como missão”, título da obra de Nicolau Sevcenko (1983) que analisa a postura empenhada de Euclides da Cunha e de Lima Barreto em denunciar que, para a maioria esmagadora da população brasileira, a *belle époque* e as modernizações urbanísticas ocorridas no período eram não apenas antagônicas, mas também anacrônicas.

No pensamento social, tem-se, com *Os sertões*, a reflexão que contribuiria para a elaboração do conceito de “demora cultural” e da perspectiva de aproximação dessas contingências sociais tão ambivalentes para um verdadeiro projeto de Nação. Depois de Euclides da Cunha, não se pode mais alegar o desconhecimento das duras realidades dos homens dos sertões e da Amazônia, tão distantes não apenas no plano espacial, mas sobretudo temporalmente, da vida urbana litorânea.

FIM E COMEÇO

O misto entre literatura e ensaio foi uma maneira bem brasileira de suprir a falta de um espírito científico e técnico para formular as principais reflexões sobre o Brasil (CANDIDO, 1976, p.129-133). A produção literária não era considerada uma alternativa às produções intelectuais, mas

sim, nas palavras de Antonio Candido (1976), “o fenômeno central da vida do espírito” (p.130). Produzir uma análise dos problemas nacionais implicava assumir o discurso artístico, tentando amalgamar, nem sempre com feliz sucesso, uma reflexão dos mais variados aspectos da vida brasileira com o subjetivismo literário. A ausência de uma matriz propriamente científica, já no final dos oitocentos, fez que várias dessas obras assumissem posições já em franco desuso no meio científico internacional, resultando, por vezes em conceitos ultrapassados. Um exemplo é a obra *A mulher e a sociogenia*, de Tito Lívio de Castro, escrita em 1884 e publicada postumamente em 1887, organizada por Sílvio Romero. Os preceitos científicos adotados por Castro já eram, na época de escrita da obra, bastante questionáveis nos principais centros de ciência no mundo, mas, no Brasil, suas ideias acerca da inferioridade feminina em relação ao homem encontrou vasta aceitação, pois traziam como referencial não apenas o aspecto dos órgãos sexuais, mas principalmente o desenvolvimento do cérebro feminino, comparável, para Lívio de Castro, ao infantil. Sinceramente engajado nos desafios do desenvolvimento da nação, o médico-ensaísta propunha a educação feminina, não como emancipadora, mas sim como maneira de tornar mais eficiente a criação de homens (ALMEIDA, 2008).

São perceptíveis nos discursos de Lívio de Castro alguns esforços técnicos de caráter sociológico e psiquiátrico, mas tudo isso difuso em uma linguagem excessivamente retórica, propensamente literária. Assim como se percebe traços de pesquisa histórica e discurso literário em Joaquim Nabuco, nas obras *O abolicionismo*, de 1883 e *Um estadista do Império*, de 1897, e no grandioso estudo socio-histórico da formação brasileira *Casa Grande & senzala*, de Gilberto Freyre, já em 1933, e no menos afetado literariamente, mas não isento, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936.

Autonomia do discurso de caráter sociológico do literário apenas teria seu marco em 1939, com a obra *Assimilações e populações marginais no Brasil*, de Emílio Willems, sendo vários os intelectuais - dentre eles Antonio Candido - que consideram essa a primeira obra sociológica propriamente dita no Brasil, estando ligada, de certa forma, ao surgimento da USP, em 1934.

A persistência desses textos meio literários, meio sociológicos, se prolonga pelas primeiras décadas do século XX, portanto. Isso posto, Antonio Candido (1976), afirma sobre *Os sertões*:

Livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista, *Os sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira (no caso, as contradições contidas na diferença de cultura entre as regiões litorâneas e o interior) (p.133).

Lívio de Castro e Joaquim Nabuco pertencem a um período mais característico da sobreposição literária sobre os estudos propriamente sociológicos, enquanto Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, por outro lado, já trazem as marcas dessa dissociação. Cabe a *Os sertões* a obra que, mesmo ainda adotando essa postura híbrida, apontar decisivamente essa separação.

As transformações e a segmentação desses conhecimentos já eram não apenas perceptíveis, mas cada vez mais buscadas, influenciadas pelo anseio de “modernização” finissecular que viveu, principalmente, o Rio de Janeiro. Entretanto, com exceção de poucos escritores, essa produção mista de literatura e sociologia, manteve-se, ainda nas palavras do próprio Candido (1976), pois no meio literário havia uma verdadeira “inconsciência desta transformação. Ajustava-se à superfície da vida burguesa, sem pressentir as novas exigências de sensibilidade e conhecimento, percebida apenas por alguns” (p.133). Neste ponto, centra-se *Os sertões*: livro poliédrico, tentativa de abarcar formas tão díspares, como a tentativa de produzir períodos inteiros em decassílabos, como em “É u/ma/ pa/ra/gem/ im/press/io/na/dora.”, “O ser/ta/ne/jo é/an/tes/ de/ tu/do um/ for/te.”, ou ainda dodecassílabos: “É o/ ho/mem per/ma/nen/te/men/te fa/ti/gado.”, “O ja/gun/ço é/ me/nos/ te/a/tral/men/te/ he/roi/co;” (CUNHA, 2005, pp. 39, 107, 108 e 112, respectivamente).

Por outro lado, há também citações diretas e indiretas, tal qual um trabalho acadêmico, de Henry Maudsley, de Thomas Hobbes, de Hippolyte Taine, de Ludwig Gumplowicz, de Henry Thomas Buckle, de Pierre Paul Broca, de Charles Lyell e de vários outros cientistas ligados às questões antropológicas, biológicas e sociológicas; de relatórios, de mapas e muitos outros gêneros textuais concernentes ao labor científico. Esse duplo caráter faz que haja, por um lado, um incentivo ao uso dessa linguagem tortuosa, hiperbólica e antitética e, por outro, o aprofundamento dessa pesquisa, meio que a convidar os demais contemporâneos a seguir-lhe o caminho. Quanto aos primeiros, o fracasso foi enorme. Pode-se mesmo falar em textos com o predomínio apenas do ornamento, muitas vezes com termos científicos usados sem que se estabelecesse conexão com o tema proposto. Para Nelson Werneck Sodré (2002), uma falsidade: “O estilo euclidiano [...] prejudicou muito os que o

adotaram – quando não tinham nem os motivos pessoais e nem os motivos intrínsecos da obra para ajudá-los –, não poderia apresentar-se como norma. Em outro escritor, que não Euclides, seria uma deformação, [...] e, no fim das contas, uma falsidade” (p. 548-549).

Os segundos, por outro lado, foram imensamente mais felizes. Se a pesquisa de campo empreendida por Euclides da Cunha não foi pioneira no Brasil, tendo Couto de Magalhães, Nina Rodrigues, Silvio Romero, Teodoro Sampaio, Clóvis Bevilacqua, dentre outros, já estudado de forma mais detida várias questões nacionais, o que diferenciou Euclides dos demais, para Gilberto Freyre (1987), foi

o caráter de obras não apenas descritivas, ou somente evocativas, mas de revelação e de interpretação do Brasil, dos ensaios que escreveu o autor de *Os sertões*. Não só *Os sertões* como *Contrastes e confrontos*, *À margem da história*. Ensaios de quem se aproximou de temas brasileiros com espírito científico e com preparação técnica: a própria e a de amigos que foram “eminências pardas” do escritor absorvente, em relação com alguns aspectos mais turvos daqueles mesmos temas. Mas não só com esse espírito nem apenas com essa preparação: também com o gênio capaz de revelar dos assuntos analisados seus traços mais significativos. Que nessa obra de revelação é que se define o *autêntico*, o *genuíno*, o grande escritor; nela é que se afirma sua superioridade sobre os puros especialistas, por mais perfeitos na sua ciência; ou sobre os puros técnicos, por mais exaustivos, no seu saber apenas empírico do assunto versado (p.55-56, grifos meus).

É essa postura de busca por uma interpretação autêntica, genuína e, cabe acrescentar, *orgânica* da sociedade e da realidade brasileiras, cingida em litoral/sertão, moderno/atraso, cosmopolita/isolada, entre várias outras dualidades, aparece não apenas em incipientes pesquisas científicas, ainda desprovidas de completa autonomia compositória, mas agora tão social quanto literária. Aparece, sobretudo, em movimentos sociais de uma complexidade que exigia uma apuração mais pormenorizada. Cita-se, como exemplo, que nesse período de 1889 até 1930 ocorreram movimentos de interesses e ideologias díspares, envolvendo, praticamente, todos os arquétipos nacionais, como a Revolta da Armada (1894-1894), a da Vacina (1904), a da Chibata (1910), no Rio de Janeiro; a Revolta Federalista (1893-1895), no Rio grande do Sul; a Sedição de Juazeiro (1914), no Ceará; a Guerra do Contestado (1912-1916), na região fronteiriça do Paraná com Santa Catarina; a Revolução de 1909, em Goiás; e sem estarem ligadas especificamente a uma região, o Movimento Tenentista (1922) e a Coluna Prestes (1925), além de uma série de greves operárias entre 1907 e

1917. Todos esses movimentos e revoltas ilustram bem a complexidade do panorama nacional, não cabendo mais, portanto, à literatura, ser a principal voz de análise desses fatos. Ela se irmana as demais áreas do saber e, junto a elas, tenta elaborar um certo projeto de Nação, que, evidentemente, não está concluso, sempre passando por reformulações.

A Campanha de Canudos (1896-1897) acaba sendo o movimento popular que, representado por Euclides da Cunha, ganha a dimensão de metonímia máxima dessa cisão entre os embates de culturas e a incorporação de áreas internas ao imperialismo brasileiro. Pode-se inferir que *Os sertões* de certa forma retrata a tomada uma região ainda isolada, esquecida pelo poder central, e a aniquilação mortífera dos sertanejos considerados pelos centros de poder como sub-raças.

Última grande obra com esse caráter de informar, entender, refletir, e ser apreciada pela sua linguagem, a partir da publicação do “livro vingador”, a coexistência da literatura com as demais áreas do conhecimento passa a ser a tônica, importando, para a literatura, repensar o Brasil a partir da estética, tarefa colossal em um país marcado pela não especialização técnica até as primeiras décadas do século XX. Tarefa essa levada com audácia e coragem pelos participantes da Semana de Arte Moderna de 1922, assumindo a literatura como um processo precípuo de depuração da linguagem.

EUCLIDES, SOCIÓLOGO

Em artigo publicado no dia 13 de dezembro de 1952, no jornal *Estado de São Paulo*², Antonio Candido indaga os fundamentos para uma “sociologia euclidiana” para pensar, posteriormente, seus princípios. Não desconsiderando que Euclides se vale de uma fundamentação científica embasada nas influências da raça e do meio geográfico para esclarecer o comportamento psicológico dos fanáticos de Canudos e de Antônio Conselheiro, o autor de *Os parceiros do Rio Bonito*, afirma que, a par desses valores já terem sido ultrapassados por uma análise de ordem social, “no seu tempo era de preceito, porque correspondia às concepções, então dominantes, do naturalismo

² Aqui, entretanto, será utilizada como fonte a publicação do mesmo artigo pela revista *Remate de Males*, de 1999.

científico” (1999, p.290). Tal concepção - a de considerar as ideias de Euclides não partir do que elas representam hoje, mas do que representavam na época - também é admitida por Gilberto Freyre (1987),

Tais preconceitos foram gerais no Brasil intelectual de 1900: envolveram às vezes o próprio Sílvia Romero, cuja vida de guerrilheiro de idéias está cheia de contradições. Só uma exceção se impõe de modo absoluto: a de Alberto Torres, o primeiro, entre nós, a citar o professor Franz Boas e suas pesquisas sobre raças transplantadas. Outra exceção: a de Manuel Bonfim, turvado, entretanto, nos seus vários estudos, por uma como mística indianista ou indianófila semelhante à de José de Vasconcelos, no México.[...] Vê-se que Euclides da Cunha se viu às vezes arrastado pelo que considerava a antropologia científica na sua expressão única e definitiva, a acreditar na incapacidade do mestiço: incapacidade biológica, fatal. [...] Mas o certo é que não se extremou em místico de qualquer teoria de superioridade de raça (p.33, grifo meu).

Essa anistia não pode ser concedida, por outro lado, sem um mínimo debate sobre como esses valores orientaram a construção do sertanejo em *Os sertões*. O próprio autor de *Sobrados emucambos* reconhece que havia exceções: Alberto Torres, de forma completa e Manuel Bonfim, um pouco mais nebulosamente. Colocadas de forma rápida, essa anistia, com o argumento que no tempo de Euclides eram essas as ideias em voga, não apenas empobrecem o texto euclidiano, retirando-lhe as antíteses e paradoxos, como também podem encobrir posturas semelhantes na contemporaneidade, para a qual a não discussão, muitas vezes, não implica um consenso, mas sim, um escamotear dos preconceitos vigentes.

Por outro lado, uma condenação *a priori*, como faz Flávio R. Kothe (2011), também parece um tanto descabida: “Euclides é autoritário, belicista, genocida e racista. Endossa e louva essa linha política. Ele decanta a guerra e o extermínio: é um futurista. Não é apenas fascista: com o adendo racista, e por ser favorável ao extermínio em massa das degenerações raciais, é um nazista” (p.69). As afirmações são tão radicalmente colocadas, talvez muito mais com a função de repensar a questão do cânone literário em geral, que começar um debate com Kothe, parece, em primeiro instante, missão árdua. Entretanto, não discutir a condenação sumária, tal qual não discutir as razões para uma anistia, constitui-se um equívoco.

O que parece, portanto, garantir a anistia a Euclides da Cunha, é a percepção constante

durante toda a obra que o genocídio em Canudos se tratava de um crime, não obstante às teorias científicas que asseveravam a extinção da “sub-raça” sertaneja: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (CUNHA, 2005, p. 28). José Guilherme Merquior (1996) aponta a redenção do livro justamente por esse aspecto:

Os Sertões são antes de mais nada, uma retratação. Retratação do tribuno republicano, que tinha condenado dogmaticamente, sem procurar compreender o fenômeno, o ‘obscurantismo reacionário’ dos jagunços de Antônio Conselheiro e em contato direto com o *hinterland*, foi levado a reconhecer o heroísmo anônimo dos sertanejos. Neste sentido, é com Euclides que se perfaz aquela revelação intelectual e afetiva do sertão do Brasil oculto e verdadeiro. Paralelamente, houve a retratação do cientificismo de Euclides, do seu determinismo geográfico e racial, convencido da inferioridade das ‘raças fracas’, mas rendido à descoberta de que o sertanejo é antes de tudo um forte... Essas contradições, por mais que turvem a coerência da visão científica de Euclides, depõem a favor de sua honestidade intelectual; principalmente enriquecem a significação sociológica e estética de sua saga sertaneja (p.264-265).

As contradições, portanto, invalidam totalmente as asserções de Kothe. Reconhecer no mestiço o cerne da nossa nacionalidade e, paradoxalmente, perscrutar a sua extinção, mostra um choque entre os valores científicos adotados antes da análise mais detida da realidade. E, a partir do momento que todo o cabedal teórico construído se mostra ineficaz para sustentar peremptoriamente essa extinção, advinda na verdade por fatores políticos, Euclides mostra uma aguda capacidade de antever uma questão de ordem social, devido à ausência do aparato estatal e, por fim, a necessidade de integração do sertão ao litoral para a formação da Nação Brasileira. Isso feito mesmo em uma época que predominavam, quase que absolutamente, os dogmas raciais. Portanto, mérito para o livro.

Assumindo tal mérito, vários sociólogos tentaram por em prática a “sociologia euclidiana” a que Candido se refere. A lista é extensa, assim como os escritos críticos sobre *Os sertões*: Silvio Romero, Oliveira Lima, Gilberto Amado, Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Roquette-Pinto, Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Candive Vidal e Souza e Nísia Trindade Lima, entre outros, instituem uma certa linha de pensamento ideológico que reconhece em *Os sertões* a matriz ideológica, que passava, necessariamente, por uma integração entre sertão e litoral, entre excludentes e excluídos, rompendo

esses dualismo em prol de uma “civilização brasileira”. Segundo Nísia Trindade Lima (1999),

A leitura dos principais estudos que discutem a história das ciências sociais no Brasil revela um dado significativo. Com muita frequência, o livro *Os sertões* de Euclides da Cunha é lembrado como marco de origem, apontando-se a persistência da matriz dualista de interpretação da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, a expressão “estrangeiros na própria terra”, presente na obra euclidiana para referir-se aos sertanejos, tende a ser amplamente utilizado na abordagem das posições de intelectuais e cientistas. Estrangeiros, exilados, desterrados na própria terra, termos que aparecem em diferentes textos e que nos falam do desconforto dos intelectuais, que pensavam como europeus e sentiam como brasileiros, como Joaquim Nabuco afirmou em sua época (p.13).

Esses autores, das formas mais diversas possíveis, passaram a propor, em geral, teorias que suplantassem essa percepção de “estrangeirismo”, ocasionada, entre outros fatores, pela cisão causada por esse profundo dualismo litoral/sertão. Em menor ou maior grau, não se tratava, portanto, de uma incorporação ao outro, mas sim de integração, de reconhecimento de si no outro.

Citaremos, como destaque, Guerreiro Ramos, por entender como uma visão de integração passou a ser tratada como incorporação, a par da exclusão das teorias de purismo racial e cultural. Para ele havia um verdadeiro “espírito euclidiano”, voltado para as questões do interior, do sertão, em oposição direta a um “espírito litorâneo ou consular”, focado em buscar elementos estranhos ao “espírito euclidiano”:

Como paradigma da visão integrada do Brasil, elaborada desde um ponto de vista pragmático e participante, invoco *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Aí se confirma aquela observação de Hans Freyer: ‘Só aquele que se acha imerso na realidade social... pode captá-la teoricamente’. Apesar de seus erros de técnica científica e de seu tributo ao dedutivismo, *Os Sertões* (1902) constituem, até esta data (1956), obra não excedida como contribuição tendente a liquidar o bilinguismo, a ambivalência psicológica do brasileiro, e a identificá-lo consigo próprio (RAMOS, 1995, p.174).

Guerreiro Ramos dicotomiza abertamente: opõe o “espírito euclidiano” ao “espírito consular”, buscando a sobreposição do primeiro ao segundo como forma não apenas de valoração dos elementos culturais ligados ao sertão, mas principalmente para a definição do próprio “ser brasileiro”:

A visão euclidiana do Brasil é... algo a restaurar, e implica uma altura do espírito que devem esforçar-se por atingir os novos sociólogos. Ela tornou dramaticamente

perceptível a alienação da cultura brasileira. A campanha de Canudos, que Euclides estudou, é descrita em *Os Sertões* como um episódio em que esta alienação provocou conflito sangrento de brasileiros contra brasileiros, conflito que continua a ser hoje, em forma larvar, um dado ordinário da vida brasileira... E nos dias presentes trava-se no âmbito das ciências sociais no Brasil uma luta entre o espírito euclidiano e o espírito litorâneo ou consular (RAMOS, 1995,p.175).

Para Guerreiro Ramos, portanto, *Os sertões* fornecia elementos não apenas para uma unificação das dualidades tão presentes não obra, mas, principalmente, para uma síntese dessas dualidades convergidas para os valores do “espírito euclidiano”:

Não faltaram, porém, no Brasil, espíritos como o de Sílvio Romero e Euclides da Cunha que, embora não inteiramente livres da obnubilação do conceito de raça, proclamaram a sua desconfiança com respeito a ele e fizeram os primeiros esforços em prol da criação de uma antropologia nacional assente em critérios autônomos de avaliação de nossas relações étnicas (RAMOS, 1995, p.175).

Na formulação do “espírito euclidiano”, o maior mérito do autor de *A Redução Sociológica* situa-se na percepção do mestiço, a partir das colocações de Euclides da Cunha, não como um “degenerado”, mas sim como “retrógado”, devido às questões sociais existentes. Lamentando o fato do autor de *Contrastes e confrontos* não ter se detido mais sobre a questão do negro, afirma Guerreiro Ramos (1995):

Tivessem os monografistas ou africanistas visto o negro no Brasil como Euclides da Cunha viu o sertanejo, e uma página melancólica da história das ciências sociais teria ido proveitosamente eliminada. Qualquer estudante de sociologia ou de antropologia, atualmente, é capaz de descobrir os erros do autor de *À Margem da História*. Mas nenhum dos nossos sociólogos mais festejados o excede, em autonomia mental, na capacidade de ver os problemas brasileiros (p.175).

Guerreiro Ramos parece “radicalizar”, desejando que o sertanejo, descrito como forte, se sobrepusesse ao “neurastênico do litoral”. Estudando a representação geográfica da identidade nacional, formulada pelos intelectuais, em tese de doutorado publicada com o título *Um sertão chamado Brasil*, em 1999, Nísia Trindade Lima, ao finalizar a discussão sobre Guerreiro Ramos, faz a pertinente afirmação: “Resta indagar se faz sentido opor sociologia euclidiana e sociologia litorânea ou consular, no esforço, de elaboração de uma teoria interpretativa do Brasil” (p.203).

Socióloga em plena atividade, Nísia Trindade Lima assume uma posição mais coerente, ao

vislumbrar as contradições inerentes a esse processo de integração, o que não significa, em hipótese alguma, uma percepção de engajamento científico. E mesmo frente à “liquidez”, expressão já clássica de Zygmunt Bauman, que marcar a contemporaneidade, Nísia Trindade Lima (1999) ainda acredita em uma aproximação desses, aparentemente, contrários:

Se a idéia de uma ciência engajada parece ao olhar contemporâneo um anacronismo, permanece válido afirmar a dimensão ética como algo constitutivo da formação das ciências sociais. Ampliando as bases do diálogo com a sociedade civil, é possível abordar, por novos ângulos, o tema do estranhamento, da alienação dos intelectuais. De todo modo, não me parece superada a idéia de uma ciência que se dedique a pensar o Brasil. Esta sociedade de fronteiras móveis, de homens fronteiros, *onde talvez seja possível aproximar litoral e sertão* (p.206, grifo meu).

Essa vereda foi trilhada por inúmeros sociólogos, consolidados, principalmente, pela sistematização do pensamento social brasileiro com as fundações da Escola Livre de Sociologia e Política, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal, realizadas em 1933, 1934 e 1935, respectivamente. Essas instituições elaboram uma nova forma para esse pensamento, conferindo-lhe o rigor acadêmico, a linguagem objetiva, sem propensões para a retórica, e o propósito único de aprofundar-se nas diversas questões sociais da sociedade brasileira, ausentes em um sistema cultural tradicionalmente amalgamado com o discurso literário.

Portanto, *Os sertões* deve ser lido como marco dos estudos sociais brasileiros por expor a complexidade da sociedade brasileira, cingida em duas culturas até então consideradas antagônicas, mas que, na verdade, deveriam ser compreendidas dentro de um mesmo ideal de nação, aliado a um empirismo que guiava essa compreensão. A partir de 1902, não aceitar essa cisão e não agir para eliminá-la seria desconsiderar a própria realidade brasileira.

EUCLIDES, LITERATO

O lançamento de *Os sertões* foi um grande sucesso. Para se ter uma ideia da surpresa que a obra causou no cenário nacional, afirmou Silvio Romero, um dos mais importantes críticos da época: “pode-se dizer que [Euclides da Cunha] se deitou obscuro e acordou célebre. Merecia-o” (ROMERO,

1980, p.1777). Vários foram os jornalista e críticos a elogiarem a obra, mas coube a José Veríssimo (apud NASCIMENTO; FACIOLI, 2003) ser o primeiro a apontar o caráter plural da obra:

O livro, por tantos títulos notáveis do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo um livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; de um homem de sentimento, um poeta, um romancista e um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tantos os aspectos da natureza como a vontade ao contato do homem (p.46).

Se o elogio ficou por conta de um autor enciclopédico que publicava sua primeira obra, a crítica negativa, por outro lado, ficou associada à questão da linguagem:

Pena é que conhecendo a língua, como a conhece, esforçando-se evidentemente por escrevê-la bem, possuindo reais qualidades de escritor, força, energia, eloqüência, nervo, colorido, elegância, tenha o sr. Euclides da Cunha viciado o seu estilo, já pessoal e próprio, não obstante de um primeiro livro, sobrecarregando a sua linguagem de termos técnicos, de um boleio de frase como quer que seja arrevesado, de arcaísmos e sobretudo de neologismo, de expressões obsoletas ou raras, [...]. [Esses termos técnicos] dão ao seu texto um tom de gongorismo, de artificialidade, que certo não estava a sua intenção. Em uma palavra, o maior defeito do seu estilo e da sua linguagem é a falta de simplicidade (p.47).

Outros críticos, como Araripe Júnior e Medeiros e Albuquerque, também saudaram positivamente a obra. Os julgamentos, quase todos elogiosos, contribuíram bastante para o sucesso de venda, mas a verdade é que o autor de *Os sertões* sentiu-se mais ofendido que agraciado com a observação sobre a linguagem feita por Veríssimo. Em resposta, enviou uma carta ao autor de *História da literatura brasileira*, agradecendo a leitura positiva, mas contra-argumentando que o uso daquela linguagem era na verdade, "o consórcio da ciência e da arte", consistindo "a tendência mais elevada do pensamento humano" (CUNHA apud NASCIMENTO, 2003, p.09). Entretanto, José Veríssimo parece, de fato, ter acertado no seu juízo, e os modernistas de 1922 repudiaram a obra de Euclides, principalmente, devido à linguagem. Diz Walnice Nogueira Galvão (2009):

Sobretudo naturalista e positivista, Euclides vai ser rejeitado pelo modernismo. A retórica do excesso, o registro grandiloquo, o tom altissono só poderiam ser avessos ao espírito modernista. Acrescente-se a isso sua preocupação pelo uso de uma língua portuguesa castiça e até arcaizante, ao tempo em que Mario de Andrade ameaçava todo mundo com seu projeto de escrever uma *Gramatiquinha da fala brasileira* (p.28).

Era o *projeto estético*, como expõe José Luiz Lafetá (2000), a fase heroica do Modernismo de 1922, que rompia decisivamente com um tipo de linguagem academicista, representante da literatura da *belle époque* transplantada para o Brasil. Entretanto, mesmo com a linguagem diametralmente oposta aos novos tempos, Euclides da Cunha continuava a exercer uma poderosa influência nos escritores que estreavam nas primeiras décadas do século XX. Para Jorge de Lima (2002):

Nunca se volta de Euclides com as mãos abanando. A nossa terra está toda nele, muito melhor do que o homem está nela, e na qual, a bem dizer, ainda parece hóspede. [...] Ainda que nos não a possuímos, ainda não nos apossamos daquela “terra graciosa” que nos pintou o grande mágico de 1500. [...] O caminho da conquista, traçou-no-lo Euclides na história truculenta que nos contou, *não falando em voz mansa e suave, mas aos brados, com voz clamorosa, para que ouvíssemos e não a esquecêssemos* (p.182, grifo meu).

O grande poeta de *Invenção de Orfeu* ressalta em Euclides justamente “os brados”, a “voz clamorosa”, pois sabe que é com essa voz, não outra, que a denúncia contra o genocídio perpetrado contra o povo canudense deveria e seria para sempre lembrado. Para Nicolau Sevcenko (1983),

Euclides da Cunha forjou um estilo elevado e híbrido [...] dessa composição resulta na sua obra, em conclusão, uma linguagem elevada, selecionada, elaborada, altamente metafórica e imagística, de comunicabilidade mediatizada, dotada de efeitos elocutivos, escoimada de clichês, rebarbativa, áspera, carregada, homogênea, praticamente sem variação sociolinguística, isenta de paródia ou prosopopéia, reveladora e enérgica. *Uma linguagem altamente coerente com o conteúdo transmitido, na medida em que procurava evidenciar uma dignidade superior da cultura científica e filosófica e revelar a sua capacidade de perceber erros e injustiças, ao mesmo tempo que expunha a verdade última presente no movimento profundo das forças naturais* (p.135, grifo meu).

O estilo exuberante, mas não um simples adorno, de *Os sertões* parece estar ligado ao consórcio entre ciência e arte, considerado como a melhor escolha para narrar o genocídio cometido pelo Exército Brasileiro em Canudos. Logo, não se tratava simplesmente de aceitar ou refutar sua linguagem: essa articulação extremamente bem sucedida indicava uma atitude ética e moral que abriram uma nova forma de interpretar o país. Recusar a grandiloquência dessa linguagem implicava desconsiderar a necessidade desse consórcio para o ato narrativo, independentemente se nele é representado uma guerra ou um cotidiano de uma pequena vila perdida no meio do sertão. E

foi exatamente assim que procederam os modernistas da fase *ideológica*, complementar a *heroica*, a partir de 1930 (LAFETÁ, 2000, p.19-20). Entretanto, se para Lafetá (2000), “investir contra o falar de um tempo será investir contra esse tempo” (p.20), a retomada da principal obra de Euclides da Cunha está atrelada a tomada de consciência do subdesenvolvimento, da qual *Os sertões* se coloca como a principal obra inicial, justamente por apontar a cisão entre o litoral e o sertão e tendo apresentado os hábitos cotidianos da vida sertaneja não mais como exotismo, mas como penúria e primitivismo, acarretados pelo abandono dessa população pela República. Justifica-se, portanto, essa reconsideração a partir de 1930, pois “o Modernismo retoma e aprofunda uma tradição que vem de Euclides da Cunha, passa por Lima Barreto, Graça Aranha, Monteiro Lobato: trata-se da denúncia do Brasil arcaico, regido por uma política ineficaz e incompetente” (LAFETÁ, 2000, p.27). Logo, *Os sertões* persiste na literatura brasileira não pela linguagem, mas pela denúncia empreendida e pela aproximação telúrica, despida de exotismo, com o universo sertanejo.

Seguindo a vereda aberta por Euclides, encontram-se inúmeros autores, contemporâneos ou posteriores a ele. Destacam-se desse grupo numeroso, todos com obras que de certa forma dialogam abertamente com *Os sertões*: de São Paulo, Monteiro Lobato (*Urupês*, de 1918) e Valdomiro Silveira (*Os caboclos*, de 1920); do Rio de Janeiro, Herberto Sales (*Cascalho*, de 1944); de Minas Gerais, Mário Palmério (*Chapadão do Bugre*, de 1965) e João Guimarães Rosa (com o magistral *Grande sertão: veredas*, também de 1956); de Goiás, Hugo de Carvalho Ramos (*Tropas e boiadas*, de 1917) e Bernardo Élis (*O tronco*, de 1956); e do Nordeste do país, o maior contingente: José Américo de Almeida (*A bagaceira*, de 1928), José Lins do Rego (ligando-se não apenas em uma obra específica, mas por uma representação valorativa e redentora do sertanejo), Graciliano Ramos (principalmente em *São Bernardo*, de 1934, e em *Vidas Secas*, de 1938), Jorge Amado (*Tocaia grande*, de 1984, talvez seja o mais representativo diálogo), Rachel de Queiroz (*O quinze*, de 1930) e Adonias Filho (*Memórias de Lázaro*, de 1952); do exterior, destaca-se o vencedor do Prêmio Nobel de Literatura de 2010, o peruano Mário Vargas Llosa, com *La guerra del fin del mundo*, de 1981.

São vários os autores que publicamente colocam-se como que “inspirados” por *Os sertões*. Guimarães Rosa, o principal expoente desse grupo, reconhece o pioneirismo de Euclides em retratar o sertanejo em harmonia com o seu meio, sem fazer disso um evento pictórico com a única

função de levar exotismo para os leitores citadinos. Lendo as páginas da principal obra de Euclides, chega-se mesmo a “aprender” o funcionamento desse universo, respeitando-o, tratando-o não como curiosidade, mas com profundo senso de humanidade:

Em *Os Sertões* o mestiço limpo, adestrado na guarda de bovinos, assomou, inteiro, e ocupou em relevo o centro do livro, como se de sua superfície, já estatuado, dissesse de se desprender [...] as páginas de Euclides rodaram voz, *ensinando-nos o vaqueiro*, sua estampa intensa, seu código e currículo, sua humanidade, sua história rude (ROSA apud ANDRADE, 2002, p.459, grifo nosso).

Para Antonio Candido, Fabiano, personagem central de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, tem sua origem nos sertanejos descritos por Euclides, de tal forma que “temos a impressão que esse vaqueiro taciturno e heróicobrotou do segundo capítulo d’*Os Sertões*, onde Euclides da Cunha descreve a retidão impensada e singela do campeiro nordestino” (CANDIDO, 1992, p.45). Augusto Meyer expressa bem esse fascínio: “Mais que a obra de muitos poetas, este simples título – *Os Sertões* – respira a magia da nossa adolescência, e hoje ainda não podemos reabrir o grande livro que nasceu e cresceu com a nossa geração, sem uma vaga impressão de saudade” (1986, p.239). Até mesmo Oswald de Andrade, de concepção artística tão diferente da de Euclides, afirma que foi em *Os sertões* que vislumbrou “o compacto desenrolar de um Brasil inédito e autêntico” (ANDRADE, O. apud ANDRADE, 2002, p.460).

Provavelmente, Antonio Candido foi o primeiro crítico a expor uma aproximação entre *Os sertões* e outra obra que parecia nela se inspirar. Ainda em 1957, menos de um ano depois do lançamento de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, o crítico publica o ensaio intitulado “O homem dos avessos”, no qual afirma: “Há em *Grande Sertão: Veredas*, como n’*Os Sertões*, três elementos estruturais que apoiam a composição: a terra, o homem, a luta. Uma obsessiva presença física do meio; uma sociedade cuja pauta e destino dependem dele; como resultado o conflito entre os homens” (CANDIDO, 2006b, p.112). A partir desse ponto, porém, possivelmente temeroso que a obra de Rosa pudesse ser entendida equivocadamente como também originária de uma concepção cientificista, com fortes traços do naturalismo, Candido passa a marcar as diferenças:

Mas a analogia pára aí: não só porque a atitude euclideana é constatar para explicar, e a de Guimarães Rosa inventar para sugerir, como porque a marcha de Euclides é lógica e sucessiva, enquanto a dele é uma trança constante dos três elementos,

refugindo a qualquer naturalismo e levando, não a solução, mas à suspensão que marca a verdadeira obra de arte, e permite a sua ressonância na imaginação e na sensibilidade (p.112-113).

Essa “marca da verdadeira obra de arte”, não trata apenas pelo fato da obra de Rosa não ambicionar a um estudo sociológico - apesar de não deixar de sê-lo, como toda obra de arte o é - mas, principalmente, pelo caráter inventivo do universo sertanejo. Enquanto em *Os sertões* o espaço é disposto até como auxílio de mapas, buscando uma precisão detalhista a serviço não apenas da compreensão do conflito bélico da Campanha de Canudos, mas também como forma de uma reflexão crítica ligada a um determinismo social e biológico, em Rosa o mesmo espaço se mostrará desarticulado, aberto, de caráter tão amplo que da assertiva “o sertão está em toda a parte”, somos cada vez mais levados a crer que, na verdade, o sertão “é dentro da gente” (ROSA, 2001, pp. 24 e 325, respectivamente). Rosa, através da depuração literária - a criação estética no sentido lato - atinge uma profundidade, ainda inigualável, da junção dos valores e conflitos internos do homem do litoral com os do homem do sertão que, resta-nos, a figura do “homem-humano” (p.624), sendo um sério equívoco restringir os dilemas de Riobaldo ao meio a que ele está inserido. Euclides, por sua vez, situado ainda na literatura como incorporação, na tentativa de abarcar não apenas o modo de vida, mas essa cultura ainda alheia ao público citadino, e empenhado em denunciar um crime da própria República contra seus filhos, não intenta essa introspecção ontológica do ser. Não se trata, por outro lado, de valorar mais *Grande sertão: veredas* do que *Os sertões*: tal postura desconsideraria que a obra de Rosa não surge de um nada absoluto, mas sim incorpora as conquistas temáticas e ideológicas da antecessora, além de buscar elementos estéticos de outras tradições literárias, como afirma Fábio Lucas (1970):

Poderíamos dizer também que a obra de Guimarães Rosa absorve as linhas de pensamento que inspiram *Os Sertões* de Euclides da Cunha e não teria existido sem que a literatura universal tivesse ganho anteriormente *Ulysses* de Joyce. Ao primeiro deve a audácia do tema sertanejo, as possibilidades de torná-lo nacional e, conseqüentemente universal, além do exemplo do árduo labor literário; ao segundo deve a façanha da experiência estética, da narrativa projetada ao plano da consciência e ao mecanismo antropológico e linguístico da própria formação da linguagem(p.27).

Se Candido apontou essa aproximação de forma pioneira, coube a WilleBollea consolidação dessa hipótese em *Grandesertão.br*, de 2004. Com o subtítulo de “o romance de formação do Brasil”, Bolle considera *Grande sertão: veredas* uma reescrita crítica de *Os sertões*, pois “ambas as obras são discursos de narradores-réus-e-testemunhas diante de um tribunal em que se julgam momentos decisivos da história brasileira” (2004, p.08). Cada obra, a sua maneira, observa as contradições do processo de modernização do país. Se Euclides da Cunha estuda a nossa formação a partir de conceitos científicos (com destaque para a geologia, a antropologia e a biologia) e a Campanha de Canudos como um genocídio cometido contra uma cultura de caráter mais primitivo, devido ao isolamento espacial e temporal, por outra tecnologicamente mais adiantada e desejosa de incorporar os sertões aos seus valores, até mesmo de forma bélica, para Bolle, *Grande sertão: veredas* “é o romance de formação do país, na medida em que o autor, através da invenção de linguagem, refinou o *medium* para este país se pensar a si mesmo” (2004, p.10).

Logo, as estruturas linguística e social subjacentes em *Grande sertão: veredas* não apenas vislumbram as contradições de um processo de modernização, mas, principalmente, revela a busca por uma linguagem esteticamente nacional e universal, autêntica e cosmopolita, forjada não apenas do imenso conhecimento linguístico-artístico de Rosa, mas, principalmente, do empenho em romper o diapasão cultural entre litoral e sertão, em um esforço pela construção da identidade da Nação. Euclides, precursor, abre espaço para outro mestre guia: João Guimarães Rosa.

CONCLUSÃO

Os sertões é portador de inúmeros elementos que poderiam classificá-lo como uma obra datada: o amálgama entre ciência e arte, a linguagem altamente estilizada, conceitos raciais totalmente descartados na contemporaneidade, dentre várias outras questões. Entretanto, o que se nota é uma permanência do pensamento euclidiano, a ponto de ainda hoje suscitar debates e reflexões, tanto nas ciências sociais como nos estudos literários, em decorrência da percepção da ambivalência sociocultural entre o litoral e o sertão, da capacidade de rever suas concepções científicas e políticas frente à realidade empírica observada, da representação do outro não como exótico, mas como portador de um universo de valores e tradições e da denúncia do genocídio

perpetrado pela então recém-proclamada República, fazendo com que, de chofre e com singular efeito compositório, o projeto do Brasil enquanto Nação fosse totalmente reconsiderado. São essas virtudes que fazem a obra ressoar através dos tempos, como já previa o próprio Euclides: “escrevi este livro para o futuro” (2005, p.545).

O futuro, por sua vez, frente a esse pensamento multívolo e caudaloso, tratou-o por separá-lo e manter, nas partes seccionadas, o compromisso original com aquelas virtudes. Obras como *Os dois Brasis*, de Jacques Lambert, *Brasil, terra de contrates*, de Roger Bastide na esfera sociológica, ou *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa e, há quem estabeleça essa conexão até com *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, tem como esteio primordial o texto euclidiano, por ele colocar de forma pioneira uma leitura dialética da formação e da identidade nacional. Para Nelson Werneck Sodré (2002),

Euclides da Cunha é [...] o iniciador de uma interpretação do Brasil fundada no conhecimento direto e exato da verdadeira situação do homem e da terra. Um iniciador a que a ênfase concede os seus favores e os seus desfavores, em cujas páginas passam sempre um sopro apaixonado de vida, um generoso calor humano, e que têm uma consistência literária perdurável, apesar das tortuosidades do estilo e das impropriedades de alguns conceitos(p. 551).

Na sociologia, o rigor acadêmico alcançado pós-1940, em virtude das instituições de ensino superior fundadas, sobretudo em São Paulo, desdobram esse pensamento não apenas em análises concernentes à mestiçagem ou ao papel das minorias - com destaque para as figuras da mulher e do negro - na sociedade brasileira, mas passam também a propor um novo modelo de Nação, no qual as ambivalências seriam paulatinamente atenuadas, resultando em uma integração das diversas culturas nacionais - agora não apenas duas.

Já na literatura, a falência dos conceitos beletristas se deu mais cedo, em 1922, com a Semana de Arte Moderna, completado em 1930 pelo viés ideológico dos regionalistas nordestinos. É nessa complementação que as virtudes do pensamento euclidiano apareceram com mais força: uma vez ultrapassado a voz grandiloquente e o discurso enciclopédico, a narrativa pode cada vez mais se pensar como realidade ficcionalizada comprometida com a formação e a identidade brasileira, refletindo artisticamente sobre as contradições do processo de modernização das áreas periféricas

que passavam - e ainda passam - pela incorporação às regiões de maior poder econômico. Mesmo frente a esse cenário de desestruturação, uma vez que a opção pela integração, possibilidade de aproximação sociocultural com primazia das diferenças em relação às similitudes, mais uma vez parece ter sido descartada, problematizada Riobaldo “Ah, tempo de jagunço tinha mesmo de acabar, cidade acaba com o sertão. Acaba? (ROSA, 2001, p.183)”. Magistral, *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, é a obra que melhor representa artisticamente essas contradições, e, compartilhando da visão de WilliBolle (2004), reescreve criticamente *Os sertões*. Isso implica reconhecer que Rosa soube trilhar a vereda anteriormente aberta por Euclides, em um diálogo, portanto, que ultrapassa o valor de uma obra apartada de um todo, mas sim pertencente a uma tradição, que sempre estará por se fazer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Maria Araújo de. *Um “mestiço irrecusável”*: Tito Lívio de Castro e o pensamento científico no Brasil do século XIX. 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de Os sertões*. Introdução de Walnice Nogueira Galvão. 4. ed.rev e aum. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002. (Coleção Afrânio Peixoto, 66).496p.

BOLLE, Willi. *Grandesertão.br*: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2004. 480p.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1976. 193p.

_____. *Ficção e confissão*: ensaios sobre Graciliano Ramos. São Paulo: Ed. 34, 1992. 108p.

_____. Euclides da Cunha sociólogo. In: *Remate de males*. Departamento de Teoria Literária do IEL/UNICAMP, Número Especial Antonio Candido. Campinas, 1999. Anual. p. 29-33.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006a. p. 169-196.

_____. O homem dos avessos. In: *Tese e antítese*. 5. ed. rev. São Paulo: Nacional, 2006b. p.111-130.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005. 474p.

FREYRE, Gilberto. Euclides da Cunha. In: _____. *Perfil de Euclides e Outros Perfis*. 2. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Record, 1987. p. 17-69.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia da Letras, 2009. 326p.

KOTHE, FávioR. Euclides da Cunha: sintoma do cânone brasileiro. In: *Euclides da Cunha, cem anos sem*. NEVES, José Alberto Pinho; NOGUEIRA, Nícea Helena (Orgs). Juiz de Fora: UFJF/MAMM, 2011. p.47-78.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000. 288p.

LIMA, Jorge. À margem de Euclides. In: *Teresa: revista de literatura brasileira*. nº3. São Paulo, Ed. 34, 2002.p.179-182.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999. 222p.

LUCAS, Fábio. *O caráter social da ficção do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. 138p.

MERQUIOR, José Guilherme. O segundo oitocentismo. In: _____. *De Anchieta a Euclides - breve história da literatura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.p.141-270.

NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim (Orgs.). *Juízos críticos: Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial, Ed. da UNESP, 2003. 158p.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília:

INL-MEC, 1980.vol. 5.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. 290p.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 624p.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão- tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 260p.

SODRÉ, Nelson Werneck. Esboço da literatura nacional: Interpretação do Brasil. In: _____. *História da literatura brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.p. 537-568.



Submissão: 26 de junho de 2015
Avaliações concluídas: 12 de janeiro de 2016
Aprovação: 22 de abril de 2016

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

TEIXEIRA, Átila Silva Arruda. Os Sertões, de Euclides da Cunha: marco inicial das Ciências Sociais e da Literatura Brasileira no século XX. *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 16, n. 01, p. 37-60 de 104, jan./jun., 2016. Disponível em:

<<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >